

Justificação testemunhal: inferencial ou não inferencial? ©

Peter J. Graham¹

Tradução de Stéphane Dias²

Doutoranda da Pontifícia Universidade Católica – RS/ Bolsista CNPq

stephane.dias@acad.pucrs.br

GRAHAM, Peter J. Testimonial justification: inferential or non-inferential? *The philosophical quarterly*. v. 56, n. 222, p. 84–95, 2006.

Antirreducionistas sustentam que crenças baseadas na compreensão (tanto da força quanto do conteúdo) de declarações³ são justificadas não inferencialmente. Para reducionistas, por outro lado, compreensão como tal não é em si uma garantia para crença: crenças baseadas em compreensão são justificadas somente se inferencialmente sustentadas por outras crenças. Eu discuto o argumento de Elizabeth Fricker de que, mesmo que o antirreducionismo esteja correto em tese, sua relevância é enfraquecida pela presença de suporte inferencial de fundo; para adultos instruídos⁴, a justificação a partir de compreensão como tal não desempenha papel ativo e é substituída por autorização inferencial⁵. Eu mostro que seu argumento suscita questões importantes. Suporte inferencial e não inferencial combinam para sobredeterminar a justificação de crenças baseadas em compreensão.

© O uso do material da Oxford University Press (OUP) é restrito a *Cognitio: Revista de Filosofia*, v.15, n. 2, jul-dez 2014. O artigo original em língua inglesa pode ser acessado no site da revista *The Philosophical Quarterly*: <http://pq.oxfordjournals.org/content/56/222/84.full.pdf+html>. Agradecemos a Oxford University Press, detentora dos direitos de publicação do material original, pela permissão de uso concedida para fins desta publicação. (Use of the Oxford University Press (OUP) Material is restricted to: Portuguese translation by Stéphane Dias to be published in *Cognitio: Revista de Filosofia*, Vol. 15, No. 2, Jul-Dec 2014, in print, and online. The original English language article can be found in *The Philosophical Quarterly*: <http://pq.oxfordjournals.org/content/56/222/84.full.pdf+html>. We thank to the Oxford University Press, owner of the publishing rights of the original material, for permission to use granted for the purposes of this publication by the Center for Pragmatism Studies, Pontifical Catholic University of São Paulo, Brazil.)

1 Professor de Filosofia/UC Riverside.

2 Pela leitura atenta e por sugestões valiosas, sou grata ao parecerista desta revista e a Marcelo Madeira (PUC-SP), bem como a Luis Rosa (UNILA), João Fett (PUCRS) e a Kátia M. Etcheverry (PUCRS).

3 N.T.: tradução escolhida para *tellings*.

4 N.T.: tradução escolhida para *knowledgeable adults*.

5 N.T.: tradução escolhida para *inferencial warrant*, tendo em vista literatura da área. Ver: PICH, Roberto H. (2005). “Autorização Epistêmica e Acidentalidade”. *Veritas*, Porto Alegre, v.50, n.4, p.249-276, dez. 2005; ETCHEVERRY, Kátia M. O fundacionismo clássico revisitado na epistemologia contemporânea. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre. 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10923/3427>. O termo “garantia” é igualmente utilizado em português.

Antirreducionistas sobre a justificação de crenças baseadas em testemunho (a quem chamo de “liberais”) sustentam que crenças baseadas em testemunho gozam de justificação não inferencial *prima facie pro tanto*. Desta forma, o liberal sustenta, as crenças baseadas em testemunho – ou o que eu também chamo de crenças baseadas em compreensão, crenças baseadas na compreensão tanto da força quanto do conteúdo da declaração de outrem – são paralelas às crenças perceptuais. Reducionistas, por outro lado, rejeitam isso: crenças baseadas em testemunho são, na melhor das hipóteses, inferencialmente justificadas, e elas se colocam em paralelo com um conjunto corriqueiro de crenças sustentadas indutivamente. O liberal adota o princípio epistêmico (T); o reducionista o rejeita:

- T. Se um sujeito S compreende tanto a força como o conteúdo de uma declaração de outro de que *p*, e se isso causa ou sustenta de maneira normal a crença de S de que *p*, então isso confere justificação *prima facie pro tanto* à crença de S de que *p*.⁶

Em uma série de artigos, Elizabeth Fricker desafia a visão liberal e defende uma visão reducionista própria, nova.⁷ No seu artigo “Trusting Others in the Sciences”, ela argumenta que, ainda que o princípio (T) seja verdadeiro, o seu escopo é bastante limitado, sendo relevante, no máximo, para crenças baseadas em compreensão de crianças e pré-adolescentes.⁸ Ela afirma que, (T) “sendo ou não” verdadeiro, sua verdade “se reduz à irrelevância”: “mesmo se houver um tal direito [epistêmico] presumido ... a sua importância ... é insignificante” (p. 379). Ela conclui que, pelo menos para adultos instruídos, crenças baseadas em compreensão são apenas inferencialmente justificadas. Eu mostrarei que o argumento dela falha.

I

Muitas das coisas que nós justificadamente cremos sobre o mundo, nós cremos, pelo menos em parte, com base em testemunho. Por que será o caso que, quando um ouvinte acredita que *p* com base na compreensão de uma declaração de um falante de que *p* (tanto sua força como seu conteúdo), a crença do ouvinte de que *p* está justificada? Há pelo menos três respostas a essa pergunta.

Na visão humiana, uma crença baseada em compreensão (CBC) é justificada quando o ouvinte pode mostrar, a partir de razões não baseadas em compreensão

6 Para elaboração e qualificações importantes de (T), ver meu ‘Liberal Fundamentalism and its Rivals’, in LACKEY, J. e SOSA, E. (eds.) *The epistemology of testimony*. Oxford UP (no prelo). Justificação *prima facie* é justificação derrotável. ‘Justificação *pro tanto*’ significa ‘alguma’ justificação, justificação que pode ficar aquém da justificação no cômputo total. [N.T.: justificação no cômputo total: todas as evidências consideradas].

7 E. Fricker, ‘Against Gullibility’, in MATILAL, B.K. e CHAKRABARTI A. (eds.). *Knowing from words* [título em itálico]. Dordrecht: Reidel, p. 125-161, 1994; *Teling and Trusting* [tb em itálico]: reductionism and anti-reductionism in epistemology of testimony, *Mind*, n. 104, p. 393-411, 1995; *Testimony and perception* [itálico tb]: some contrasts, apresentado na Pacific APA, 1998.

8 FRICKER, E. *Trusting others in the sciences: a priori or empirical warrant?*, *Studies in the History and Philosophy of Science*, n. 33, p. 373-383, 2002.

independentes, que o referido falante é tanto sincero quanto competente no assunto em questão. Em geral, as razões não baseadas em compreensão consistem em evidência obtida em primeira mão sobre a sinceridade e a competência de tipos de falantes que relatam vários tipos de fatos em diferentes tipos de ocasiões. Essa visão é fundacionalista. Percepção, memória, introspecção e razão, mas não compreensão, constituem as fontes fundamentais⁹ da justificação.

Reid foi o primeiro a articular a principal rival da concepção humiana. Na visão reidiana, compreensão é também uma das fontes fundamentais de justificação. Assim como a consciência introspectiva dos próprios episódios mentais internos do agente diretamente confere justificação a crenças acerca dos próprios estados internos, e assim como representações perceptuais diretamente conferem justificação a crenças acerca do mundo externo, igualmente a compreensão de declarações confere, diretamente, justificação *prima facie pro tanto* às crenças assim formadas. O Reidiano abraça (T). De acordo com o Reidiano, (T) se coloca paralelamente a outros princípios epistêmicos que regem a formação de crenças formadas não inferencialmente. Por exemplo, (T) em paralelo com (P), o seguinte princípio rege crenças perceptivas:

- P. Se um sujeito S representa perceptualmente *x* como sendo F, e isso causa ou sustenta de maneira normal a crença de S, acerca de *x*, de que ele é F, então a representação perceptual confere justificação *prima facie pro tanto* à crença de S, acerca de *x*, de que ele é F.

O Reidiano apoia tanto (P) quanto (T). O Humiano abraça (P), mas rejeita (T).

O coerentista puro nega que haja fontes de justificação não inferenciais fundamentais, e assim rejeita ambos (P) e (T). O coerentista puro pensa que todas as crenças justificadas são justificadas porque elas são coerentes com outras coisas que o sujeito acredita. De acordo com o coerentista puro, todas as crenças justificadas são justificadas inferencialmente, quer sejam formadas inferencialmente ou não, e crenças perceptuais e crenças baseadas em compreensão (CBCs) são justificadas da mesma forma que todas as crenças são justificadas: por coerência.

Embora o Humiano e o coerentista puro vejam a epistemologia da percepção de forma muito diferente, eles tendem a encontrar uma causa comum quando se trata de testemunho. Ambos rejeitam (T), e assim concordam que CBCs são justificadas inferencialmente. Mas, apesar de sua ênfase compartilhada na importância das crenças de fundo apoiadoras, eles discordam sobre quais crenças de fundo considerar. O Humiano é mais restritivo: apenas não-CBCs contarão. O coerentista, por outro lado, é mais permissivo: qualquer crença contará, não importando sua origem, contanto que ela seja positivamente coerente com outras coisas que o sujeito acredita.

A visão reidiana tem sido chamada de “credulismo”, “normalismo”¹⁰ e “antirreducionismo”. Em outro lugar, eu a chamei de “fundamentalismo liberal”, e aqui chamarei de visão liberal. A visão humiana tem sido alternativamente chamada de “reducionismo”, “reducionismo global” e “indutivismo”. Eu continuarei a chamá-

9 N.T.: ou *fundacionais*.

10 N.T.: tradução escolhida para *Defaultism*, após desistirmos de “padronismo”.

la de visão humiana, e mantereí “coerentismo” por coerentismo. O Humiano e o coerentista são ambos acertadamente chamados de “inferencialistas”.

Em “Trusting Others in the Sciences”, Fricker baseia-se na alegação de que sujeitos normais muitas vezes possuem evidência de fundo suficiente para explicar a justificação de CBCs. Seu ponto de partida é que, para adultos normais (nas ciências, em particular, e em esferas normais da vida em geral), *ou* (T) é verdadeiro (isto é o que ela quer dizer com “autorização *a priori*”), e por isso CBCs novas são justificadas não inferencialmente, *ou* CBCs recebem justificação do conhecimento de fundo sobre a confiabilidade de seus interlocutores (isso é o que ela quer dizer com “autorização empírica”), e por isso são inferencialmente justificadas. Ela conclui que, como “novas” CBCs são justificadas a partir da evidência de fundo (autorização inferencial), elas não são justificadas por causa de (T) (não inferencialmente) de forma alguma. “Uma autorização *a priori*” para novas CBCs, ela conclui, é “suplantada”¹¹ e “substituída” por “autorização empírica” de conhecimento de fundo. Se o argumento dela for eficaz, o alcance de (T) é significativamente restringido, em geral aplicando-se no máximo a crianças e pré-adolescentes, aqueles sem número suficiente de crenças de fundo para dar conta de forma independente da justificação de suas CBCs.

Fricker usa esse argumento (e argumentos apresentados em outros lugares) para defender uma visão híbrida exclusiva. Ela assume a posição anticética, chamada por ela de “restrição de senso comum”, de que a maioria das CBCs diárias são justificadas, e assim as CBCs de crianças e adultos são em sua maioria justificadas. Mas as crianças, ela também sustenta, carecem de suporte de fundo, embora os adultos possuam tal suporte. Ela infere que as crianças não precisam do suporte para a justificação, bem como que apoio inferencial substitui autorização não inferencial para adultos. Que tipo de inferencialista ela é para adultos, humiana ou coerentista? Em seu primeiro artigo sobre o tema, ela simpatizava com a visão humiana.¹² Mas, em seu artigo de 1995 “Telling and Trusting”, ela abandona o “reducionismo global” do Humiano em favor do “reducionismo local” do coerentista. Fricker, então, é uma espécie de fundacionalista em relação a CBCs justificadas, não inferencialmente sustentadas por outras coisas que um sujeito acredita, isto é, em relação às CBCs justificadas de crianças e de alguns adolescentes, mas uma coerentista sobre CBCs justificadas para adultos normais. A posição de Fricker é, portanto, uma visão híbrida sobre CBCs, com uma fase “em desenvolvimento” (quase) fundacionalista e uma fase “madura” coerentista.¹³

O argumento dela em “Trusting Others in the Sciences” merece um exame crítico. Se bem-sucedido, ele mostraria que a visão inferencialista acerca das CBCs é em grande parte correta para adultos normais. Ainda que isso não mostrasse

11 N.T.: tradução escolhida para *superseded*.

12 FRICKER, E. The epistemology of testimony. *Proceedings of the Aristotelian Society*, n. 61, p. 57-83, 1987.

13 Para alguma discussão da visão de Fricker, ver INSOLE, C. Seeing off the local threat to irreducible knowledge by testimony. *The Philosophical Quarterly*, n. 50, p. 44-56, 2000; and WEINER, M. Accepting testimony. *The Philosophical Quarterly*, n. 53, p. 256-264, 2003.

que (T) é falsa, restringir o seu escopo é significativo. Todo liberal deveria ficar alarmado. Eu vou seguir Fricker e assumir que (T) é verdadeiro e, em seguida, explicar por que, no *ritmo* Fricker, ele não é significativamente restrito em seu escopo, mostrando que a importância de (T) não é nem “irrelevante”, nem “insignificante”, nem “suplantada” ou “substituída”. O liberal, argumento eu, não precisa se alarmar.

II

Nesta seção, exponho o argumento de Fricker. Ela conclui que (T) não desempenha papel algum na explicação de por que “ocorrências novas” de CBCs por parte de adultos normais são justificadas:

[...] mesmo que haja tal direito presumido [i.e., ainda que (T) seja verdadeiro] ... sua importância ao explicar a base sobre a qual humanos adultos instruídos às vezes legitimamente confiam em testemunho é *insignificante*...[(T)] cai na *irrelevância* ao explicar a fonte atual de intitulação epistêmica de qualquer formação de crença por parte de humanos adultos maduros em resposta a [declarações] (“Trusting Others”, p. 379-80; grifos nossos).

O argumento dela para isso tem três passos. O primeiro (F1) é que adultos normais têm informação de fundo mais do que suficiente a respeito de quando e onde o testemunho é confiável para responder pela confiança justificada nas declarações “novas”:¹⁴

[...] em praticamente qualquer situação efetiva de testemunho, um adulto instruído será absolutamente *inundado* com evidência circunstancial relevante relacionada a ... se o falante for confiável ... Ele terá ... *inúmeras* crenças de fundo ... relevantes a ... esta nova ocorrência de testemunho (380-1; grifos nossos).

O segundo passo (F2) é que uma crença (de qualquer tipo) é justificada somente se (i) crenças de fundo negativas e relevantes (solapadoras ou anuladoras derrotadoras¹⁵) são trazidas à tona e refutadas, e também se (ii) crenças de fundo apoiadoras, positivas e relevantes são adicionadas à balança:

Quaisquer crenças de fundo do ouvinte que sejam evidência, circunstancial ou direta, contrária à confiabilidade do falante em seu tópico devem ser postas na balança ... Igualmente, quaisquer crenças de fundo que sejam evidência a favor da confiabilidade do falante devem ser adicionadas ao lado pró-

14 N.T.: tradução escolhida para *fresh*.

15 N.T: nossa tradução para esses termos seguiu as sugestões de João Fett. Para Fett, no entanto, haveria aqui duas disjunções, “solapadoras ou anuladoras ou derrotadoras”, uma vez que, de acordo com o pesquisador, “anuladoras” e “derrotadoras” são adjetivos excludentes para crenças.

confiabilidade da balança. Em resumo, *qualquer informação relevante* sob posse do ouvinte *tem de ... ser contada* (FRICKER, 'Trusting Others', 2002, p. 381; grifos nossos).

O terceiro passo (F3) é uma afirmação sobre (T): a compreensão da declaração de outro como tal confere justificação *prima facie pro tanto* a, ou explica a justificação da, crença alvo somente se não houver suporte evidencial de fundo relevante, ou houver somente evidência insuficiente:

[(T)] é um direito *a confiar no falante com base em nenhuma evidência quando não há evidência a favor ou contra a sua confiabilidade à mão...* [(T)] entraria em jogo somente na circunstância muito incomum em que uma pessoa não conhece *nada* além de que alguém está dizendo a ela que *p*, ou está transmitindo a suposta informação de que *p* — em particular, ela não conhece nada sobre o estado, a situação e, portanto, os prováveis motivos e competências do declarante¹⁶ (FRICKER, 2002, p. 380, 382).

Compreensão (da declaração de outrem, em termos de força e conteúdo) como tal confere ou explica a justificação – desempenha um papel ativo ou confere intitulação – *apenas quando* não há evidência de fundo a favor da confiabilidade do falante.

Aqui estão duas analogias para pôr em paralelo com (F3). (i) Você pode matar uma pessoa com um projétil e com veneno. Suponha que você é um assassino cauteloso e que você quer ter certeza de que matará sua vítima. Você pode acertar sua vítima no coração ou usar um poderoso veneno de ação rápida, ou ambos. Você só tem uma bala e uma dose de veneno. No entanto, você receberá mais se você matar sua vítima com um projétil e não com veneno. Mas, é claro, você não receberá qualquer coisa se você não matar sua vítima. Então, aqui está o que você faz. Primeiro você atira em sua vítima e então a envenena. Normalmente, o projétil solucionaria a questão. Mas, se ele for insuficiente, então o veneno entrará em ação e acabará com ela. Se o projétil fizer o trabalho, então o veneno “não desempenhará papel ativo” em matá-la, pois ela já estará morta. O veneno é somente uma reserva. (ii) Equipes de futebol quase sempre mantêm um goleiro reserva no banco. Se o goleiro inicial se fere ou recebe cartão vermelho, o reserva sai do banco. Se o goleiro inicial permanece no jogo, então, para ganhar ou perder, o goleiro reserva “não desempenha papel ativo”. O terceiro passo de Fricker diz, com efeito, que justificação a partir de compreensão como tal é apenas reserva. Assim como o veneno não provoca a morte do homem quando o projétil já acabou com ele, e assim como o goleiro reserva não impede quaisquer chutes a gol quando o goleiro inicial está no jogo, assim também a compreensão como tal não desempenha papel ativo quando suporte evidencial de fundo suficiente é “adicionado à balança”.

Fricker conclui:

A presente sugestão é de que, em muitos casos, um suposto direito *a priori* à confiança é não apenas reforçado por bases

16 N.T.: tradução escolhida para *teller*.

empíricas a favor ou contra a confiança, como também é totalmente inundado por elas, de modo que se torna irrelevante, não assumindo peso algum. Qualquer alegada autorização a priori para confiar no falante, sem evidência, é simplesmente suplantada por um rico evidencial a favor ou contra a confiabilidade sob posse do ouvinte. (FRICKER, 2002, p. 381).

Quando a evidência de fundo é suficiente, o suporte advindo de compreensão como tal é ‘suplantado’: derrubado, substituído, rescindido, levado a ser posto de lado como vazio, inútil, ou obsoleto, ou retirado de uso como inferior: ‘... em muitos casos ... [um ouvinte] terá um corpo evidencial determinante para a questão da confiabilidade do falante ... que, em grande parte, *substitui* a base fornecida por [(T)]’ (p. 382; grifos nossos).

Então, o argumento de Fricker fica assim:

- F1. Adultos normais possuem razões de fundo adequadas para dar conta da justificação das CBCs.
- F2. Uma CBC alvo é justificada somente se as razões de suporte positivo de fundo relevantes forem consideradas.
- F3. Compreensão como tal explica a justificação para uma crença alvo apenas se não houver evidência de fundo prévia adicionada à balança.

Portanto, para adultos normais, o possível suporte advindo de compreensão como tal é “insignificante” e “irrelevante”; seu papel foi “suplantado” e “substituído”.¹⁷

III

Eu faço três críticas. Em primeiro lugar, mesmo que o argumento de Fricker mostre que (T) falha em explicar diretamente por que ocorrências novas de CBCs de adultos são justificadas, (T) ainda explica indiretamente por que ocorrências novas são justificadas. Em segundo lugar, (F2) é falso se o fundacionalismo é verdadeiro, e, assim sendo, (F2) indiretamente assume que (T) é falso ou restrito em seu escopo. Em terceiro lugar, (F3) é uma petição de princípio: ele assume diretamente que (T) é falso. Eu faço as duas primeiras críticas nesta seção, e a terceira na próxima.

O argumento para a minha primeira crítica é o seguinte. (a) Suponha que (T) é verdadeiro. (b) Suponha que tenhamos um extenso número de crenças de fundo relevantes para a confiabilidade dos nossos interlocutores. (c) Suponha que essas crenças conferem justificação a, e explicam a justificação de, ocorrências novas de crenças baseadas em compreensão. (d) Suponha também que, psicologicamente falando, muitas dessas crenças de fundo foram formadas somente com base em compreensão, especialmente durante o estágio de desenvolvimento. (e) Então, segue-se que muitas das crenças de fundo são justificadas em função de (T). (f) Se

17 Jonathan Adler também parece pensar que, pelo menos inicialmente, a presença de suporte de fundo solapa a visão liberal: “A principal crítica [da visão liberal] é quanto à [sua] subestimação da disponibilidade e da força da evidência empírica (de fundo).” ADLER, J. *Belief’s own Ethics*. MIT Press, 2002, p. 136.

crenças de fundo conferem justificacão porque são elas próprias justificadas, e não simplesmente em virtude de coerência, então (T) (pelo menos parcialmente) explica por que as crenças de fundo relevantes conferem justificacão para ocorrências novas. Daí a “importância” da compreensão (vis--vis às crenças de fundo)  vasta, não negligenciável e relevante. (g) Se as crenças de fundo devem ser usadas para explicar a justificacão de ocorrências novas, e mesmo que o passo (F3) esteja correto e (T) não explique por que ocorrências novas são justificadas por si mesmas, e as crenças de fundo antes carreguem o fardo, (T) no entanto explica por que as crenças de fundo são justificadas, e, assim, *indiretamente* explica por que ocorrências novas das CBCs são justificadas. (h) A fim de refutar isso, você teria que assumir que (T) não conta para a justificacão das crenças de fundo, ou porque (T)  falso, ou porque crenças de fundo são justificam em virtude de coerência. Então, a fim de chegar  conclusão de que (T)  significativamente restrito em seu escopo, via seu argumento, Fricker teria que assumir em vez disso que (T)  falso ou significativamente restrito em seu escopo, ou que o coerentismo para CBCs já  verdadeiro.

Um problema semelhante surge quando nos concentramos em (F2). (F2) , tanto quanto eu posso dizer, a visão de que a justificacão para qualquer crença se transforma em *todas* as coisas relevantes em que um sujeito acredita, de que uma crença nunca  justificada de forma geral a menos que a evidência de fundo seja considerada. Mas isso  apenas o primeiro passo rumo ao coerentismo. (F2) assume que, uma vez que justificacão depende negativamente da *ausência* de incoerência, ela também deve depender positivamente da *presença* de coerência. Mas, se o fundacionalismo  verdadeiro, então dependência negativa  uma coisa e dependência positiva  outra. O fato de que outras coisas que um sujeito acredita possam derrotar uma crença alvo não demonstra que a crença alvo não seja justificada senão apoiada por outras coisas que o sujeito creia. Derrotabilidade  uma coisa; a impossibilidade de justificacão não inferencial  outra. Se assumirmos (T), então estamos assumindo o fundacionalismo, e assim rejeitando a ideia de que toda crença de fundo positiva e relevante deve sempre ser considerada para uma CBC ser (mesmo *prima facie pro tanto*) justificada. Se assumirmos (T), rejeitamos (F2). E, se assumirmos (F2), rejeitamos (T). Você, portanto, não pode assumir (T) e depois usar (F2) a fim de tentar restringir o escopo de (T).

IV

Nesta seção, eu critico (F3). Eu também discuto brevemente a justificacão *prima facie*, o debate geral reducionismo *versus* antirreducionismo, e a possibilidade de sobre-determinaco epistêmica.

(F3) interpreta (T) como uma afirmao condicional, como condicionada  falta de razões de suporte de fundo. Compreensão como tal “desempenha um papel ativo” *somente se faltam* razões de fundo. Caso essas estejam presentes, então a força epistêmica da compreensão como tal  posta de lado,  suplantada ou  substituída. O problema com (F3)  simples. (T) não  uma afirmao condicional. (T) não implica que justificacão inferencial  conferida em virtude de se compreender o que outro está dizendo *somente* se justificacão inferencial suficiente estiver presente. Ao contrário, (T) implica que a justificacão *prima facie* não inferencial  conferida em virtude de se compreender o que outro está dizendo (em termos de força e conteúdo)

mesmo quando a justificação inferencial de fundo suficiente está presente. A visão liberal não considera que a justificação *prima facie* a partir de compreensão como tal esteja condicionada à presença ou à ausência de razões apoiadoras de fundo. Ela é categórica. Compreender a apresentação de um falante como-verdadeira, não importando o que mais o ouvinte passe a acreditar, confere justificação *prima facie pro tanto* à crença na proposição compreendida. Os liberais não sustentam a visão de que a justificação testemunhal como tal seja de qualidade inferior, de que só desempenha um papel de apoio. Compreensão como tal é uma fonte fundamental de justificação, junto com introspecção, memória, percepção e razão. Os liberais sustentam que compreensão como tal “desempenha um papel ativo” *qualquer que o seja*. A premissa de Fricker (F3) simplesmente afirma sem argumentação o que o liberal negaria.

Consgo pensar em três razões pelas quais Fricker pode ter lido (T) como um princípio “somente-de-apoio”, três possíveis razões que apoiariam (F3). A primeira gira em torno de um ponto sutil sobre o que “*prima facie*” significa, a segunda em torno de uma visão limitada da dialética geral, e a terceira em torno de excluir a possibilidade de sobredeterminação epistêmica. Eu mostro por que todas as três são ou petições de princípio, ou falsas.

(1) Fricker pode ter raciocinado da seguinte forma. (a) Justificação *prima facie* é justificação condicional; derrotadores podem erradicar a justificação *prima facie*. (b) Mas se derrotadores podem erradicar a justificação *prima facie*, a justificação *prima facie* também pode ser erradicada por suporte evidencial de fundo. (c) Assim, quando a evidência de fundo confere justificação suficiente a uma CBC para o balanço de justificação, a justificação *prima facie pro tanto* conferida pela compreensão como tal é erradicada. Ela, então, “não desempenha papel ativo”; ela foi “suplantada” e “substituída” por suporte inferencial de fundo.

Essa linha de raciocínio interpreta erroneamente a natureza da justificação *prima facie*. A justificação *prima facie*, embora derrotável, não é nem erradicável, nem condicional, diferentemente de justificação no cômputo total. Uma razão *prima facie* confere justificação no cômputo total somente se não derrotada (anulada ou solapada). A justificação no cômputo total está condicionada à ausência de derrotadores (invictos). A justificação *prima facie*, no entanto, não está. A justificação *prima facie* está presente estando ou não derrotadores (invictos) presentes. A justificação *prima facie* pode ser derrotada, e assim não conseguir se converter à justificação no cômputo total, mas não pode ser erradicada. Se a razão que autoriza está presente, a força epistêmica está presente, mesmo se derrotada.¹⁸ O passo (a) é, portanto, baseado em um erro. E assim é (b), por uma razão semelhante: do mesmo modo que a justificação *prima facie* pode ser derrotada por outras razões sem ser erradicada, ela também pode ser *complementada* por outras razões sem ser erradicada, suplantada ou substituída.

(2) Fricker também pode ter contado com a seguinte leitura estreita do debate geral reducionismo *versus* antirreducionismo para sustentar (F3). (a) Todo o resto sendo igual, uma visão inferencial é preferível. (b) O único argumento em prol da visão liberal é o argumento da escassez de evidência, o argumento de que (i) muitas CBCs são justificadas (“restrição de senso comum” de Fricker), mas (ii) sujeitos

18 Ver AUDI, R. *The good in the right*. Princeton UP, 2004, p. 23-4.

normais carecem de número suficiente de crenças de fundo para inferencialmente dar conta da justificação de suas CBCs (“escassez de evidência”), portanto (iii) o ponto de vista liberal, que não exige tal suporte em todos os casos, está correto. (c) Se o segundo passo no argumento da escassez de evidência é falso, e sujeitos normais possuem crenças apoiadoras de fundo suficientes – (F1) de Fricker) – então, o inferencialista (seja o Humiano ou o coerentista) está correto (o que decorre de (a) e (b)). E (c) é (quase) o passo (F3) de Fricker.

Ambas (a) e (b) são problemáticas, especialmente (b). Eu tenho certeza de que (a) representa a opinião da maioria. Mas onde o ônus da prova reside pode em si exigir argumentação, argumentação que pode repousar em suposições controversas. E (b) é claramente falsa. Há outros argumentos na literatura em prol da visão liberal, argumentos de Tyler Burge, Tony Coady, Michael Dummett, Anthony Quinton e Thomas Reid, entre outros. Se todos esses argumentos falham, então, todo o resto sendo igual, a posição inferencialista é suscetível de levar a melhor. Mas só porque um argumento falha, não se segue que todos eles falhem. Não pense que o antirreducionismo acarreta a impossibilidade de redução (a impossibilidade de apoio inferencial para CBCs), e também não infira que o antirreducionismo é falso porque uma redução é possível. O antirreducionismo não implica a necessária irreduzibilidade de crenças baseadas em testemunho, ele só implica que tal redução não é necessária.

(3) Fricker também pode ter raciocinado de modo semelhante ao que Albert Casullo afirma da argumentação de Mill e Quine contra justificação *a priori* para crenças matemáticas. Mill e Quine argumentam que, sendo as crenças matemáticas justificadas por indução, elas não podem ser justificadas *a priori*, pois sobre-determinação epistêmica de mais de uma fonte é impossível.¹⁹ De forma semelhante, o (F3) de Fricker se seguiria da (a) prioridade da justificação inferencial sobre a justificação não inferencial para CBCs e da (b) impossibilidade de sobre-determinação epistêmica de mais de uma fonte; se um sujeito possui suporte de fundo suficiente para suas CBCs, então a justificação a partir da compreensão como tal seria excluída. Ela não desempenharia nenhum papel ativo.

Novamente, cada uma das premissas é questionável. Certamente (a) é uma petição de princípio. Por que não pensar que a justificação não inferencial advinda de compreensão como tal vem em primeiro lugar? E, talvez, qualquer boa resposta para essa pergunta seria uma boa razão para pensar que a compreensão como tal não pode conferir justificação, e por isso seria uma razão contra (T), independente do argumento de Fricker. Assim, ou (a) é uma petição de princípio ou o argumento de Fricker é, ironicamente, supérfluo. E (b) é claramente falsa. A justificação para muitas crenças é sobre-determinada por mais de uma fonte. Aqui estão quatro exemplos. (i) Você viu um filme outro dia e alguém pergunta se Ewan McGregor atuou. No começo, você não consegue se lembrar, mas, então, após reflexão, um dilúvio de memórias inunda você, confirmando mais e mais que ele atuou. Você até mesmo vê o nome dele no canhoto do ingresso que você guardou em sua carteira. (ii) Você se lembra de colocar leite de soja na geladeira de manhã, e, quando você abre a geladeira, está lá, bem diante dos seus olhos.

19 CASULLO, A. Epistemic over-determination and a priori justification, *Philosophical Perspectives*, n. 19, 2005.

(iii) Você é um detetive e você reúne todas as pistas, chegando à dedução de que foi o mordomo. Em seguida, você monta uma armadilha para quem matou a vítima. Então, eis que você vê o mordomo caindo nela. (iv) Você é neurótico e sempre verifica que horas o seu voo parte: você olha de novo e de novo em seu bilhete, você pergunta ao agente no portão, você verifica on-line a hora da partida, você liga para o número de reservas de discagem gratuita, você pergunta às pessoas sentadas ao seu lado, e você se apoia na experiência do passado, tendo pegado esse voo muitas vezes. Em cada um desses quatro casos, você tem mais do que razões ou evidências suficientes que levam à justificação no cômputo total, de mais de uma fonte. Sobredeterminação epistêmica, como sobredeterminação causal (morte por fuzilamento, a casa atingida por um raio ao mesmo tempo em que um fósforo é lançado às cortinas), é onipresente.

(F3), tal como está, não é algo que o liberal aceitaria, bem como todas as três razões angariadas em prol de seu fundador. Não confunda justificação *prima facie* com justificação condicionada à ausência de suporte inferencial de fundo, nem assuma que o argumento da escassez de evidência é o único argumento no arsenal do liberal ou que justificação epistêmica não pode ser sobredeterminada por mais de uma fonte. (F3) sem suporte é uma petição de princípio, e as razões oferecidas para sustentar (F3) ou também são petição de princípio, ou obviamente falsas.

V

Permitam-me resumir as minhas três críticas: primeiro, Fricker não pode mostrar que (T) não é indiretamente importante para novas ocorrências de CBCs justificadas sem assumir que (T) é falso ou que o coerentismo é verdadeiro, o que já é assumir que (T) é falso ou significativamente restrito no seu alcance. Em outras palavras, ainda que Fricker chegue à sua conclusão, (T) é ainda indiretamente importante para a justificação de “ocorrências novas” de CBC. Em segundo lugar, Fricker não pode assumir que (F2) seja verdadeiro sem assumir que a coerência por si faz todo o trabalho de justificação quando pode, e assim sem assumir que (T) é falso ou restrito. Por fim, ela não pode chegar à sua conclusão sem assumir que (T) é uma afirmação condicional, condicionada à falta de crenças apoiadoras de fundo, algo que o liberal categoricamente nega.

Fricker, penso eu, não argumenta a partir de premissas que o liberal aceitaria. Em vez disso, tem simplesmente expresso sua visão híbrida, fundacionalista na fase de desenvolvimento e coerentista na fase madura. (F2) faz sentido se o coerentismo é verdadeiro. E (F3) faz algum sentido se o coerentismo é plausível e a restrição de senso comum é correta, caso em que as CBCs de crianças e adultos normais são em grande parte justificadas. Um princípio condicional padrão seria correto para crianças que não têm suporte de fundo suficiente, e a coerência faria todo o trabalho para adultos que possuem suporte inferencial suficiente. Em outras palavras, (F2) e (F3) de Fricker fazem sentido se sua nova proposta híbrida estiver correta. Mas nada do que ela diz em seu artigo “Trusting Others in the Sciences” mostra que sua visão esteja correta e que o liberal esteja equivocado.

Pode ser útil apresentarmos uma conclusão sobre a questão da sobredeterminação epistêmica. Se, por um lado, o liberal está correto, de modo que (T) seja verdadeiro, e se, por outro lado, os adultos possuem “inúmeras”

crenças de fundo apoiadoras e relevantes favoráveis à confiança nos falantes em “situações novas”, de modo que (F1) seja verdadeiro, então a justificação para CBCs é frequentemente sobredeterminada por mais de uma fonte. Isso mostraria que a justificação advinda de compreensão como tal muitas vezes é desnecessária para explicar diretamente a justificação de novas CBCs. E isso também mostraria, e pela mesma razão, que a justificação a partir de crenças de fundo é muitas vezes igualmente desnecessária para explicar a justificação de novas CBCs. A falta da necessidade corta dos dois lados. Mas, do fato de que a justificação de uma fonte pode não ser necessária, nada se segue sobre se é insignificante, irrelevante, suplantada, substituída ou posta de lado como inferior. Desnecessário não significa nem insignificante, nem irrelevante. Substituível não implica substituído.

Em sua importante defesa da visão liberal, Tyler Burge destaca que, para qualquer um acima de onze anos, é improvável que (T) seja a *única* palavra sobre o porquê de CBCs serem justificadas. Fricker parece pensar que, para qualquer um acima de onze anos, se (T) não é a única palavra, então não é, por assim dizer, palavra alguma. A leitura natural do título de Fricker, “Testimony in the Sciences: *A priori* or Empirical Warrant?”, é com o “ou” exclusivo. Mas, na leitura liberal dos fatos, o “ou” é inclusivo. Justificação testemunhal: inferencial ou não inferencial? Ambas.²⁰

University of California, Riverside

20 Por comentários que levaram a melhorias, sou grato a J. Adler, R. Audi, A. Casullo, P. Faulkner, S. Goldberg, aos meus colegas da Universidade da Califórnia Riverside e ao parecerista anônimo.